



## JUSTIÇA

# Ato cobra do STF proteção ao negro

Na véspera da celebração da abolição da escravidão no Brasil, representantes da comunidade vão à Corte para exigir que os dispositivos constitucionais sejam efetivamente aplicados pelo Estado

» CRISTIANE NOBERTO

O movimento Coalizão Negra Por Direitos realizou, ontem, véspera da data que celebra a abolição da escravidão no Brasil, uma manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o fim da violência contra pessoas negras. Antes disso, junto com outros movimentos e partidos políticos, ingressou na Corte com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e pedido de medida liminar em favor das pessoas negras, para que seja dada atenção aos direitos da comunidade, conforme estabelecidos na Constituição.

A advogada da Coalizão, Sheila de Carvalho, disse que o ato foi para representar o caminho que a comunidade negra traçou até este momento. "Não há mais como deixar de reconhecer que, no Brasil, há uma política de morte baseada no racismo. A gente busca que a Corte mais alta reconheça que os três Poderes legitimam esse tipo de discurso de violência. Quando não agem dessa forma, se omitem do dever de atenção à comunidade negra", acusou.

Segundo Sheila, o foco da ação é fazer valer o que garantiu os direitos dos negros e consta na Constituição. Ela aponta que não há a aplicação daquilo que está escrito na Carta, especialmente em três áreas: segurança pública, "pois há racismo institucional e sem medida de reparação de dano"; insegurança alimentar, "em vista do agravamento do cenário no Brasil de hoje, que afeta especialmente a população negra"; e políticas de acesso à saúde. "A gente vê como o não acesso possibilitou um número tão alto de mortos no pós-pandemia", apontou.

A manifestação também fez referência à abolição da escravidão no Brasil, celebrada hoje, que completa 134 anos. "A gente quer o reconhecimento do nosso

Matheus Alves/Divulgação



Coalizão Negra por Direitos organizou o protesto. Para a entidade, omissão estatal leva a discriminação social e o racismo a se aprofundarem



**Como meu filho, as pessoas (mortas em ações do Estado) são enterradas como suspeitas e a sociedade aceita. O Estado não dá uma resposta sobre isso\***

**Débora Maria da Silva, fundadora do movimento Mães de Maio cujo filho foi encontrado morto após operação policial, em 2006**

direito de existir e de sobreviver dignamente. Há a necessidade do reconhecimento da cidadania plena, da atuação negra. Enquanto não vier o reconhecimento, o processo de abolição não chega ao fim", disse.

No ato estava a fundadora do movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva, 63 anos, que perdeu o filho Edson Rogério da Silva dos Santos, de 29 anos, em 16 maio de 2006, em

Santos (SP). Ele era gari da prefeitura municipal e foi encontrado morto depois da abordagem de uma guarnição da Polícia Militar em um posto onde parou para abastecer a moto.

"Como meu filho, as pessoas (mortas em ações do Estado) são enterradas como suspeitas e a sociedade aceita. O Estado não dá uma resposta sobre isso. A gente precisa que o Judiciário olhe para a população", disse.

## Pai-solo ganha 180 dias

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, por unanimidade, autorizar, a ampliação da licença-paternidade para 180 dias no caso de um servidor público que for pai-solo — sem o apoio da mãe. A decisão analisou o caso de um perito médico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pai de crianças gêmeas geradas por meio de fertilização in vitro e barriga de aluguel.

A ação chegou ao Supremo após o próprio INSS recorrer da determinação da Justiça Federal que estendeu a licença ao pai das crianças. A autarquia argumentava que só era possível conceder os cinco dias previstos em lei.

Para o ministro Alexandre de Moraes, que relatou o caso, salientou que "a jurisprudência

passou a legitimar as novas configurações da família sempre com a finalidade da proteção integral da criança e do adolescente".

O caso abre precedente para outras situações semelhantes, na avaliação de especialistas. A advogada Suzana Viegas, professora de direito civil na Universidade de Brasília (UnB) e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília, destaca que a pluralidade alterou substancialmente os paradigmas no direito de família.

"A ampliação reforça a igualdade entre o homem e a mulher e a importância da participação do pai na vida dos filhos, inclusive, desde a tenra idade", disse.

A advogada Claudia Abdul Ahad Securato lembrou que "a licença-maternidade não vem para proteger a mãe. Vem para proteger a criança".

## MILITARES

### FAB exclui sargento que traficou cocaína

A Força Aérea Brasileira (FAB) informou, ontem, ter excluído definitivamente de suas fileiras o sargento Manoel da Silva Rodrigues, que foi detido na Espanha, em junho de 2019, com 39 quilos de cocaína em um dos aviões oficiais que dava apoio à comitiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) para uma viagem ao Japão. Em fevereiro, o militar foi condenado pela Justiça Militar da União a 14 anos de seis meses de reclusão por tráfico internacional de drogas.

De acordo com a FAB, a exclusão do sargento, "a bem da disciplina" e com perda de grau hierárquico, é decorrente do processo administrativo aberto logo após Manoel ser flagrado transportando a cocaína, para analisar a conduta do militar, "sob o prisma da ética militar".

Em nota, a FAB alegou que o tempo decorrido até a efetiva expulsão de Manoel está ligado ao "cumprimento dos devidos trâmites administrativos de intimação do militar". Ele está custodiado na Espanha desde a prisão em flagrante, há quase três anos.

Em julgamento realizado em fevereiro, os integrantes do Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, por unanimidade, reconheceram que o Manoel utilizou a estrutura da corporação para exportar dezenas de quilos de cocaína. Além disso, o sargento possui uma condenação na Justiça espanhola, de seis anos e um dia de prisão.

Desde a prisão do ex-militar, a Polícia Federal abriu cinco fases da Operação Quinta Coluna para investigar se outros integrantes das Forças Armadas foram cooptados por um esquema de tráfico internacional de drogas.

Reprodução



Ex-sargento está na Espanha cumprindo pena por tráfico

## PRECONCEITO

# Bolsonaro faz nova ironia racista com apoiador

» INGRID SOARES  
» ISABEL DOURADO\*  
» RAPHAEL PATI\*

Um dia antes da data em que se celebra a abolição da escravidão no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (PL) ironizou, ontem um apoiador utilizando expressões de caráter racista. O episódio foi de manhã, na saída do Palácio da Alvorada.

O homem ao qual Bolsonaro se referiu é o presidente da Câmara Municipal de Holambra (SP), Mauro Sérgio de Oliveira (PTB), o Serjão, que é negro. Ele se aproximou do presidente, que, ao avistá-lo, perguntou:

"Conseguiram te levantar? Tu pesa o quê? Mais de sete arrobas? Sabia que eu já fui processado por isso? Chamei um cara de oito arrobas", ironizou Bolsonaro, lembrando quando foi denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR) por racismo quando era deputado federal. A ação movida contra o presidente deveu-se a um comentário

que fez, em 2018, durante evento na Hebraica, no Rio de Janeiro. Disse que as reservas indígenas e quilombolas atrapalhavam a economia do país e que, quando visitou um quilombo, viu que "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais".

Não foi o primeiro episódio em que Bolsonaro utilizou expressões preconceituosas contra seus próprios apoiadores. Em julho do ano passado, ao fazer um comentário sobre o estilo de cabelo de um jovem que esperava à saída do Alvorada, disse: "Como é que está a criação de barata aí?"

## Denúncias

Só em 2021, o Ministério dos Direitos Humanos acolheu cerca de 1.016 denúncias de injúria racial contra pessoas pretas e pardas — que representam 56% da população brasileira. A maior parte dos registros foi feita em São Paulo, Rio de

Camara dos Vereadores de Holambra/Divulgação



Serjão estava na saída do Alvorada e foi ironizado por Bolsonaro

Janeiro e Minas Gerais. Em março deste ano, uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva ouviu 1.200 usuários de transporte público e 1.050 funcionários do setor, e revelou que 72% dos brasileiros

já presenciaram racismo no transporte público e 39% foram vítimas do crime. Entre os que trabalham como cobradores ou motoristas, o número salta para 65%.

O professor de Direito da

Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo explica que o racismo no Brasil é componente de uma condição estrutural. "O Brasil foi um país que sofreu um experimento colonial e, como tal, a teoria afirma isso: enquanto modelagem colonial, os seus pressupostos de exploração como modo de produção se assenta no racismo, que serviu para hierarquizar as raças", destacou.

"É impossível falar do Brasil e tentar interpretá-lo sem falar da escravidão e, portanto, da questão de raça", afirmou Berenice Bento, socióloga e professora da UnB. Conforme avalia, a Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, foi importante, mas não pode ser considerada uma dívida concedida pela princesa Isabel. "Não é possível dizer que não foi importante, no entanto havia uma demanda muito maior por parte dos abolicionistas que vinham lutando por esse direito", afirmou.

\*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

## » Máscara mantida nos aeroportos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu, ontem, manter o uso de máscaras em áreas restritas de aeroportos e voos. A resolução que inclui os itens de proteção aprovou outras flexibilizações, como retorno da capacidade máxima dos transportes de passageiros e retomada do serviço de alimentação a bordo dos aviões. As alterações entram em vigor a partir de 22 de maio. A reunião de autarquia também aprovou a prorrogação, por mais um ano, da validade das autorizações de uso emergencial de medicamentos e vacinas destinados ao tratamento e prevenção da covid-19. As empresas que têm algum medicamento nessa situação precisam solicitar o registro sanitário definitivo no período — cujo aval se dará para os remédios indicados pelo Ministério da Saúde e considerados pela pasta como necessários para o avanço da cobertura vacinal.